

A TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO RECURSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: uma experiência no curso de Pedagogia da UERN

ASSISTIVE TECHNOLOGY AS MEANS OF SCHOOL INCLUSION: a practice from UERN's Pedagogy course

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes¹
Antonia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira²
Ady Canário de Souza³

RESUMO:

Este artigo apresenta conceitos de uma experiência vivenciada na disciplina de Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE/UERN), em que realizamos oficinas de recursos didáticos, a partir do uso de baixas tecnologias. Na oportunidade, explicitamos sobre a relevância do uso desses instrumentos na inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ambiente escolar. Consideramos, então, essa discussão fundamental para a formação de professores, por apresentar as Tecnologias Assistivas (TA) como meio de promoção da aprendizagem dos alunos com deficiência. Assim posto, o objetivo do estudo é apresentar essa experiência e aproximar o leitor dos conhecimentos inerentes às (TA).

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia assistiva; Inclusão; Formação de professores

ABSTRACT:

This article presents concepts from a method experienced during the discipline Procedure of Intervention in Educational Practices, in the Pedagogy course of the Faculty of Education (FE/ UERN), where we held workshops of teaching resources, based on the use of low-technology. In that occasion, we explained the importance of the use of those tools for the inclusion of students with Special Needs Education (SNE) in the school environment. We considered, then, that to be the fundamental discussion for the preparation of teachers, because it presents the Assistive Technologies (AT) as means of improving the learning experience of students with disabilities. Thus, this study's objective is to present this experience and bring the reader closer to the knowledge inherent to the Assistive Technologies (AT).

KEYWORDS: Assistive technology; Inclusion; Teacher Trainin.

DOI: 10.21920/recei7201626121128

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7201626121128>

¹Mestra em Educação pelo POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Especialista em Educação e graduada em Pedagogia (UERN).

²Mestra em Educação (UFRN). Graduada em Pedagogia (UERN). Pós-graduação lato-sensu em Psicopedagogia clínica e Institucional (FVJ) e em Língua Portuguesa e Matemática (IFRN).

³Doutora em educação (UFRN). Mestra em Estudos da Linguagem (UFRN). Especialista em Secretariado Executivo (UERN) Especialista em Leitura e Produção de Textos (UFRN). Graduada em Letras (UERN).

INTRODUÇÃO

Assistimos, no cenário nacional, recorrentes avanços no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência. No entanto, sabemos dos desafios ainda presentes no contexto social e educacional do país. Diante disso, é imprescindível a busca por metodologias, recursos, instrumentos e técnicas que possibilitem incluir, de forma significativa, os alunos com deficiência no espaço educacional, principalmente, transformando-os em sujeitos ativos no processo ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, as Tecnologias Assistivas (TA) nos dão um suporte diferenciado na superação desses desafios, possibilitando mobilidade, comunicação e interação, tanto na escola como no meio social.

Entendendo, portanto, que a evolução tecnológica caminha para tornar a vida mais fácil, podemos dizer, então, que o uso de um instrumento que facilite a inclusão e a adaptação do indivíduo com deficiência ao meio, torna-se favorável ao processo inclusivo. Dessa forma, o conhecimento acerca das TA é primordial para a formação docente.

Tendo como pano de fundo a necessidade de direitos iguais para todos e a busca de conhecimentos teórico-práticos para uma educação inclusiva, este estudo apresenta o trabalho que foi realizado na disciplina de Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas, ofertada pelo curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Nesse sentido, discutimos, aqui, as conclusões das atividades propostas nesse componente curricular no semestre de 2014.2, quando foram realizadas oficinas de recursos didáticos pedagógicos, elaborados a partir de baixas tecnologias, voltados a alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A oficina teve como objetivo capacitar os alunos para confeccionarem recursos de acessibilidade, utilizando as TA, especificamente as baixas tecnologias, como maneira de incluir todos no processo educativo.

Decerto, a educação inclusiva é um princípio democrático da educação brasileira, que tem como foco um ensino de qualidade e inclusivo. Isso exige que a educação se modernize e que os professores aperfeiçoem as suas práticas. Por isso, priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores (MANTOAN, 2015).

De cunho qualitativo, nosso estudo está apoiado em Bogdan e Biklen (1994) e têm como instrumento de pesquisa os registros escritos e fotográficos das oficinas realizadas com os alunos, as cartilhas que eles produziram com imagens dos recursos propostos e sua descrição, e nossas observações diretas no momento das oficinas.

O texto encontra-se organizado em três partes que se complementam. Na primeira, discutimos um pouco sobre o histórico da inclusão, trazendo fatos, desde o período da exclusão das pessoas com NEE até à realidade da inclusão, momento em que apontamos alguns dos principais marcos legais que contribuíram para isso. Na segunda parte, pontuamos sobre a TA, apresentando sua definição conceitual e possibilidades de trabalho. E na terceira parte, descrevemos reflexivamente sobre a experiência de inclusão no curso de Pedagogia da FE/UERN, onde tratamos sobre as oficinas que realizamos em 2014.2, com 20 (vinte) alunos da disciplina de Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas.

NA ESTEIRA DA HISTÓRIA DA INCLUSÃO

Ao discutirmos sobre as pessoas com deficiência e suas possibilidades de aprendizagem, faz-se necessário voltarmos o nosso olhar para a história, a fim de vermos como essas pessoas foram tratadas ao longo do tempo. Nesse sentido, em nossa cultura, em alguns momentos, esses sujeitos foram tratados como “defeituosos”, doentes, necessitados de cuidado e proteção.

Nos primeiros momentos, nas sociedades escravistas, podemos encontrar várias formas de considerar as pessoas com algum tipo de deficiência. Por exemplo, em Esparta, povo de grandes exércitos, havia um conselho de anciãos que examinava as crianças logo após o nascimento, para ver suas características físicas. Se não possuísse as qualidades desejadas para ser um bom guerreiro, o bebê era jogado do alto das montanhas. Em outras sociedades, caso isso acontecesse, os pais podiam jogar seus filhos às feras (GARCIA; BEATON, 2004).

Na Idade Média, ocorreu um momento significativo que visava proporcionar alojamento, proteção e cuidado às pessoas com deficiência. No entanto, essas pessoas eram consideradas possuidoras de espíritos malignos. “Em hospitais e conventos agrupavam-se todas as pessoas com deficiências mentais, criminosos e outros tipos de problemas sociais; o que oferecia às instituições características alienantes e desumanas” (GARCIA; BEATON, 2004, p. 18).

Já no século XVI, período denominado de início das transformações, o espanhol Pedro Ponce de Leon decidiu ensinar um grupo de surdos e conseguiu que eles falassem e aprendessem a ler e escrever. E assim, Juan Bonet e o abade de L. Epée deram continuidade ao trabalho de Pedro Ponce de Leon, criando, em Paris, em 1760, a primeira escola do mundo para atender aos surdos.

Em 1784, sob a influência do abade de L. Epée, Valentim Huay criou uma instituição para cegos, em Paris. Ele utilizava um método primitivo de ensino, priorizando o tato para manipular letras do alfabeto moldadas em madeira. Um dos alunos dessa instituição, chamado Luis Braille, inventou o alfabeto atual para pessoas cegas, o qual recebeu o seu nome.

Com todas essas conquistas, as pessoas com necessidades especiais tornaram-se menos “defeituosas”, deixando-se de lado as questões biológicas, pois, a educação social e os mecanismos criados pelo ser humano vão diminuindo seus efeitos. A partir desse momento, essas pessoas passaram a ser vistas como capazes de aprender. Ressaltamos que tudo isso teve como base a Revolução Francesa, que apregoava os direitos do homem e as condições de igualdade, liberdade e fraternidade, beneficiando a todos com tais preceitos, principalmente as pessoas com deficiência.

Outro fato bem significativo, no que se refere ao tratamento diferenciado para com esses indivíduos, foi a aparição no bosque de Aveyron, na França, em 1778, de um rapaz de doze anos em média, que agia semelhantemente aos animais. Jean Gaspard Itard assumiu educar a criança selvagem de Aveyron, pois, para ele, o menino agia daquela maneira devido não ter tido estimulação. Por isso, elaborou um programa didático para ensiná-lo. Ele conseguiu bons resultados, apesar de não conseguir fazê-lo falar. Resultados semelhantes ocorreram com as meninas Amala e Kamala, na Índia (GARCIA; BEATON, 2004).

Diante do exposto, fica patente que a tarefa pedagógica era de suma relevância para o desenvolvimento efetivo dessas pessoas, embora Itard tenha se preocupado mais com o desenvolvimento sensorial dessas crianças. Sobre isso, os autores referenciados citam Vygotsky, o qual argumenta que o ensino das crianças com necessidades especiais deve fundamentar-se na apropriação dos instrumentos abstratos.

E assim, durante todo o século XIX, foi-se compreendendo que essas pessoas careciam de atendimento especializado para ter acesso à educação. Por isso, criaram-se centros especializados, mesmo que distantes da cidade e do convívio social. Nesses locais, eram atendidas, simultaneamente, pessoas com diversas enfermidades e deficiências, prática que poderia dificultar o desenvolvimento individual e coletivo do grupo assistido.

Como se pode ver, os séculos XVIII e XIX foram de muitas conquistas em relação à atenção às pessoas com deficiência. No campo da Pedagogia, perceberam-se abordagens importantes sobre a necessidade de contar com um processo de ensino que pudesse desenvolver a capacidade do indivíduo, preparando-o para a vida. Discutiu-se sobre a educação para todos, o papel do professor, o desenvolvimento sensorial e motor, entre outros, tendo como arcabouço teórico as ideias de J. A. Comenius, J. Rousseau, G. H. Pestalozzi e F. Froebel. Acredita-se que estes dois últimos, juntamente com Decroly e Montessori, fizeram nascer a Educação Especial e sua didática.

A escolarização massiva do século XIX mostra alterações não apenas no desenvolvimento, mas em vários outros aspectos de origem biológica, social, incluindo ainda as deficiências na educação e no trabalho pedagógico, na família e na escola, que produzem nos alunos características que os impedem de cumprir com as exigências dessa instituição. Assim:

A possibilidade de avaliar a inteligência e a vontade de oferecer educação especial permitiram a criação de escolas de educação especial, entretanto, sem dúvida, até nossos dias, pode-se afirmar que nenhum país conseguiu oferecer atenção a todas as crianças ou escolares que requerem essa atenção especial, dado que o processo de aprendizagem frente à diversidade desses alunos, em maior ou menor grau, exige um conjunto de recursos e meios que tornam a atenção especial muito cara, aumentando, consideravelmente o alto custo de uma educação para todos em um mundo que enfrenta problemas graves relacionados com a distribuição da renda produzida, evidenciando-se o acúmulo de capital para poucos (GARCIA; BEATON, 2004, p.26).

Nesse sentido, no final do século XX, foram realizadas avaliações críticas bem consistentes em relação às escolas especiais, defendendo em seu lugar a “integração escolar”, em que o aluno com necessidades especiais pudesse estudar integrado aos demais alunos nas escolas comuns. Um fato de destaque, que ocorreu neste século, foi a iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, em 1966, de criar o Programa de Educação Especial no Setor de Educação que visava respeito e ações educativas para com estas minorias. Assim, considerou-se que cabia ao Ministério da Educação a função de dirigir e administrar a seção de Educação Especial. Desse modo, passou a ser um imperativo incluir as crianças com Necessidades Especiais, de modo que todos tenham o direito à educação adequada às necessidades de cada um.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi um documento internacional que estabeleceu direitos para todos independentes de classe social, raça, ou faixa etária. Em março de 1990, o Brasil fez parte da Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, na Tailândia. Com essa declaração, se reafirma que a educação é um direito fundamental de todas as pessoas, sem distinção.

Já a Declaração de Salamanca, ocorrida em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha é um documento que tem por finalidade chamar a atenção dos países para a necessidade de políticas públicas e educacionais para atender a todos de maneira igualitária. Em seguida, em 1999, a Convenção da Guatemala firmou a eliminação de todas as maneiras de discriminação em relação às pessoas com deficiência.

Enquanto isso, em nível nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assumiu os mesmos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

assegurando o direito de todos serem livres. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem garantir às crianças e adolescentes de até 18 anos uma educação de qualidade.

Em 20 de dezembro de 1996, surge a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que, em seu capítulo V, trata especificamente da Educação Especial, sendo uma modalidade de educação escolar. Foi a partir daí que a rede regular de ensino começou a matricular estes alunos de forma obrigatória.

O Plano Nacional de Educação (PNE), 2014 a 2024, instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, é um instrumento de planejamento que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas. Em sua meta 4, o PNE demanda não apenas modificações na estrutura física das escolas, mas também mudanças paradigmáticas do ensino. Além de garantir os direitos de crianças e adolescentes com necessidades especiais, a efetivação da meta 4 pode ajudar no desenvolvimento holístico de todos os alunos e na construção de uma escola mais inclusiva e de uma sociedade mais tolerante frente à diversidade.

Diante desse breve contexto histórico que permeia as pessoas com deficiência, partiremos, no tópico seguinte, para a discussão sobre as TA, a fim de explicitar o que são, como se delineiam suas possibilidades de trabalho e de que maneira as utilizamos na experiência vivenciada no curso de Pedagogia da UERN.

TECNOLOGIA ASSISTIVA (TA): CONCEITUAÇÃO E POSSIBILIDADES DE TRABALHO

Tecnologia Assistiva (TA) é um termo ainda recente, utilizado para identificar todos os recursos e serviços que contribuem para ampliar as habilidades de pessoas com deficiência e promover vida com independência e inclusão. Destarte, o objetivo maior da TA é oferecer à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, para que essas pessoas ampliem a sua comunicação e mobilidade.

Segundo Bersch (2013), em 16 de novembro de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, através da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), que reúne um grupo de especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais em uma agenda de trabalho. Os principais objetivos do CAT são: apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de TA; estruturar as diretrizes da área de conhecimento; realizar levantamento dos recursos humanos que atualmente trabalham com o tema; detectar os centros regionais de referência, objetivando a formação de rede nacional integrada; estimular nas esferas federal, estadual, municipal, a criação de centros de referência; propor a criação de cursos na área de TA, bem como o desenvolvimento de outras ações com o objetivo de formar recursos humanos qualificados e propor a elaboração de estudos e pesquisas, relacionados com o tema da TA.

De acordo com o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD):

Entende-se por ajudas técnicas qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática utilizada por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente, produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos (PORTUGAL apud BERSCH, 2007, p. 3).

Com essa definição, percebemos que são vários os recursos que podem estar auxiliando essas pessoas no seu dia a dia, nas mais diversas situações. Na alimentação (fixador do talher à mão, anteparo de alimentos no prato, fatiados de pão); no vestuário (abotoador argola para zíper e cadarço mola); na comunicação aumentativa (símbolos, pictogramas e quadros de comunicação, entre outros); na comunicação alternativa (valorização de todas as formas expressivas do sujeito e da construção de recursos próprios desta metodologia, construindo e ampliando sua via de expressão); na comunicação virtual (recursos de acessibilidade ao computador); no transporte (sistemas de controle de ambiente, projetos arquitetônicos com acessibilidade, mobilidade em veículos); na saúde (órgãos -apoio ou dispositivo para corrigir a alteração de um órgão- e próteses -aparelho que substitui um órgão-, adequação postural, auxílios de mobilidade, auxílios para a qualificação da habilidade visual, auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo; favorecimento do esporte e lazer; e na educação (materiais escolares, como aranha mola para fixação da caneta, pulseira de imã estabilizadora da mão, plano inclinado, engrossadores de lápis, virador de página por acionadores). Dentre essa gama de situações, daremos ênfase à educação, priorizando a adequação de material didático para as pessoas com necessidades especiais.

UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UERN

Este relato compreende a experiência com oficinas pedagógicas de recursos didáticos de acessibilidade, elaborado pelos estudantes da disciplina de Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE)/ UERN, cujo componente curricular dispõe de 60 horas e de 04 créditos. A ementa da disciplina valoriza “O profissional de educação e as possibilidades de intervenção em ambientes escolares e não escolares. Conhecimento e utilização dos recursos didáticos e das tecnologias assistivas. O trabalho do pedagogo em equipes multidisciplinares” (PPC, 2012, p. 100).

Tomando por base a ementa da disciplina, a atividade se organizou em etapas, as quais descreveremos agora. Primeiro tivemos aulas teóricas sobre a legislação atinente às pessoas com deficiência, como também estudamos sobre algumas das deficiências: Deficiência Mental (DM), Deficiência Física (DF), Deficiência Visual (DV) e Deficiência Auditiva (DA). Em seguida, partimos para a execução dos recursos didáticos elaborados pelos alunos, sob a orientação das professoras, os quais fizeram uso de materiais reutilizáveis, ou seja, as baixas tecnologias. E num terceiro momento, os discentes realizaram a socialização dos recursos elaborados no hall da Faculdade de Educação da UERN. Os alunos de Pedagogia, como também de outros cursos do campus, fizeram a visita e discussão sobre os materiais. Com isso, partiu-se para a organização de uma cartilha na qual incluíram as fotografias e escreveram a descrição explicativa dos recursos que elaboraram.

O objetivo das oficinas, ao fazer uso das TA, foi o de oferecer aos alunos um referencial para o desenvolvimento de trabalho pedagógico com pessoas com deficiência. Todo o processo foi desenvolvido numa linha crítico - reflexiva, em que procuramos aliar o conhecimento que os alunos já tinham, em relação à TA, aos novos conhecimentos contextualizados na prática dessa atividade.

Os objetivos específicos das oficinas envolveram quatro dimensões: a) Apropriação da fundamentação teórica; b) Metodologia condizente com os fundamentos teóricos; c) Construção de recursos didáticos a serem utilizados em contextos reais de ensino e aprendizagem; e d)

Reflexão sobre o processo vivenciado. Por conseguinte, elencamos quatro grupos de alunos que, assim, se organizaram e confeccionaram os seguintes materiais:

1º Grupo (DV): livro tátil de tecido; jogo dos sons, com garrafinhas de iogurte e grãos de alimentos; dominó tátil de papelão; mapa do Brasil tátil, com cartolina e grãos de alimentos; alfabeto tátil, com EVA e cola em alto relevo; e jogo da memória tátil.

2º Grupo (DF): jogo de encaixe de formas, feito de caixa de sapatos; jogo de argolas de garrafa pet; bilboquê de garrafa pet; jogo da memória, feito de potinhos de iogurte; engrossador de lápis com EVA e fita gomada; camisetas de papelão para pinçar em varais.

3º Grupo (DA): alfabeto móvel, com tampinhas de garrafa pet; relógio de EVA, com indicação de horas em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); dominó em libras, feito de papelão; árvore genealógica em cartolinas, com sinalização em Libras.

4º Grupo (DM): placas de Comunicação Alternativa, feitas de cartolina; jogo do enrosca e encaixa, elaborado a partir de potes vazios de alimentos; engrossadores para lápis, talher e escova de dentes; baú das sensações, com caixa de sapatos; marcador de páginas de EVA; e tesoura adaptada.

No caso das oficinas acima descritas, percebemos que os alunos se mostraram bem mais receptivos quando conseguiram aliar teoria e prática. Nesse sentido, houve reflexão e tomada de consciência em relação à proposta de trabalho, pois ao lerem os referenciais teóricos estudados na disciplina, passaram a elaborar os recursos didáticos. Os resultados dessa imbricação entre teoria e prática foram emergindo durante as oficinas.

Os depoimentos dos acadêmicos, tanto durante as oficinas como na ocasião da exposição dos recursos, nos fazem acreditar que os resultados foram significativos. Dentre os contributos, podemos destacar: novas abordagens de ensino, trabalho interdisciplinar dos conteúdos trabalhados, maneiras de adaptar os conteúdos e uso das baixas tecnologias, entre outros benefícios.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As reflexões e discussões apresentadas nos convidam a entender de forma substancial e qualitativa as possibilidades de intervenção pedagógica para formação docente numa perspectiva inclusiva. Assim, acreditamos que atividades como as que foram realizadas, principalmente, por serem teórico-práticas, podem potencializar as aprendizagens no âmbito acadêmico, estreitando os saberes científicos aos experienciais. Ressaltamos, também, que o estudo sobre as Tecnologias Assistivas (TA), no âmbito da educação inclusiva, favorece e amplia o olhar dos sujeitos para a possibilidade de incluir, usando formas práticas e fáceis de mobilização e promoção da inclusão do indivíduo com deficiência.

No que tange ao âmbito educacional, em específico, por trazermos experiência de um curso de formação de professores, reconhecemos a necessidade de mostrar e discutir em nível acadêmico as diversas possibilidades de inclusão por meio da TA, bem como a efetivação dessa prática na ação pedagógica, estimulando a fabricação de instrumentos que possam favorecer a inclusão do sujeito com deficiência no grupo social.

Assim, destacamos essa prática, exposta no relato de experiência, como exitosa e favorável ao estímulo de uma educação inclusiva a partir da formação docente. Desse modo, consideramos como possível uma contextualização teórico-prática nas atividades inerentes à formação do professor, bem como um alargamento das discussões sobre a inclusão no âmbito da academia.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre. RS. (2013). Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Editora Porto, 1994. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

BRASIL, Senado Federal. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (2014-2014)**. Disponível em: < <http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Ministério da educação. Secretaria de educação especial. A fundamentação filosófica. **Programa educação inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2004.

GARCIA, M. T.; BEATON, G. A. **Necessidades Educativas Especiais: desde o enfoque Histórico-cultural**. São Paulo: Linear B, 2004.

MANTOAN. M. T. E. **Todas as crianças são bem vindas à escola**. Disponível em: < <http://www.lite.fe.unicamp.br/>>. Acesso em: 22 agosto 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Faculdade de Educação. Departamento de Educação. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Mossoró/RN, 2012.

Submetido em: Abril de 2016

Aprovado em: Outubro de 2016